



**PARECER Nº 291/2026.**

Referência: Processo Licitatório nº 33/2026 – Pregão Eletrônico nº 09/2026.

Procedência: Secretária Municipal de Administração.

Recorrentes: "BLOCK ALERT SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, SINAL VERDE SEGURANÇA E SERVIÇOS LTDA e ARAÚJO EQUIPAMENTOS LTDA - ME".

Data: 16/05/2026.

**EMENTA:**

**"PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO ELETRÔNICO - RECURSOS ADMINISTRATIVOS - PRINCÍPIOS QUE VINCULAM A CONDUTA DO ADMINISTRADOR PÚBLICO - CONSIDERAÇÕES".**

---

**CONSULTA**

---

A Secretaria Municipal de Administração encaminha para a Procuradoria Jurídica do Município de João Monlevade solicitação de parecer jurídico para verificação da legalidade quanto ao recurso administrativo interposto pelo licitante participante do certame.

Recebida a solicitação, passamos a opinar.

---

**PARECER**

---

Inicialmente cumpre esclarecer que a **Lei Federal nº 14.133/2021**, que rege os contratos e as licitações da Administração Pública, estabelece, em seu artigo 2º, a necessidade do processo licitatório antes de se contratar com terceiros. Explicita, ainda, em seu artigo 5º, *caput*, que:

*"Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)."*

A exigibilidade é a regra geral, conforme também dispõe a Constituição Federal:

*"Art. 37, XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."*

A licitação atua como o procedimento que precede o contrato administrativo, e tem por objetivo permitir a apresentação de propostas por todas as pessoas interessadas, possibilitando, consequentemente, a escolha daquela que será mais vantajosa para a Administração, gestora dos interesses públicos.

Assim, tanto para a aquisição de bens quanto para a prestação de serviços, é exigida da Administração Pública a observância da regra da obrigatoriedade das licitações como pressuposto dos contratos, restando toda



a formulação da contratação registrada nos termos do edital e do contrato administrativo firmados com o contratante, restando as partes vinculadas aos termos pactuados.

No caso específico dos autos, o OBJETO contratado do presente **processo licitatório nº 33/2026**, modalidade **Pregão Eletrônico nº 09/2026**, é a *"contratação de empresa especializada para prestação e serviços de instalação, manutenção e monitoramento de equipamentos de segurança eletrônica, tais como CFTV, sensores de presença e centrais de alarme, em regime de comodato, monitoramento eletrônico em prédios públicos, durante 24h por dia, incluindo equipe de plantão para atendimento 24 h por dia em caso de sinistro"*.

Por sua vez, após a fase de impugnação ao edital, foi promovida a Sessão de Abertura e Julgamento, na, com a participação de diversas empresas interessadas no certame.

Após a fase de lances e negociação, a empresa **"PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA"** foi declarada vencedora com a proposta global de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Inconformadas, as licitantes **"ARAÚJO EQUIPAMENTOS LTDA - ME"**, **"BLOCK ALERT SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA"** e **"SINAL VERDE SEGURANÇA E SERVIÇOS LTDA"** interpuseram recursos administrativos tempestivos. Os recorrentes alegaram, em síntese: (i) insuficiência de documentos de qualificação técnica (ARTs); (ii) inexecutabilidade da proposta vencedora; (iii) descumprimento de especificações técnicas de hardware; e (iv) ocorrência de erros materiais na proposta.

Ato contínuo a recorrida apresentou contrarrazões aos recursos.

É o sucinto relatório dos autos.

Passemos a análise dos recursos administrativos:

#### **1) DO RECURSO ADMINISTRATIVO DA EMPRESA BLOCK ALERT SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA**

A empresa **"BLOCK ALERT SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA"** apresentou o recurso administrativo pretendendo a reforma da decisão da Pregoeira e Equipe de Apoio quanto a classificação da licitante **"PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA"**.

Alega a licitante **"BLOCK ALERT SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA"** em suas razões do recurso que a empresa **"PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA"** merece ser INABILITADA, pelos seguintes motivos:

- a) *Divergência de catálogos: Argumenta a recorrente que a proposta declarada vencedora menciona modelo divergente do apresentado no catálogo;*
- b) *Documentação técnica inidônea: Argumenta a recorrente que o parecer técnico da DTI teria sido elaborado com uso de IA aprovando equipamentos em desacordo com o edital e que teria sido assinado apenas 3 minutos após a disponibilização dos documentos na plataforma.*
- c) *Proposta errada: Argumenta a recorrente que a empresa vencedora apresentou proposta com valor de R\$ 0,04 a mais e com quantidade incorreta de cabos de alarme, alocação de sensores em setores errados, omissão de baterias e fontes, itens sem homologação da ANATEL e equipamentos descontinuados.*





d) *Exequibilidade: Argumenta a recorrente que a vencedora não apresentou composições de custos, e ainda confessou que que usaria "estrutura existente", violando a exigência de materiais novos.*

Que a recorrida "**PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**" apresentou contrarrazões alegando que interpretação das regras editalícias devem observar o formalismo moderado, evitando-se desclassificações automáticas por meras impropriedades formais incapazes de comprometer a execução contratual ou a isonomia do certame; que a apresentação de proposta readequada após a fase de lances constitui procedimento expressamente previsto na legislação e amplamente admitido pela jurisprudência dos órgãos de controle; que diligências destinadas ao esclarecimento técnico da proposta são legítimas e recomendáveis: que supostas divergências de catálogos não configuram vício material capaz de ensejar desclassificação; que a inexecuibilidade exige demonstração objetiva da impossibilidade de execução do contrato, não bastando meras presunções ou conjecturas; que determinado fabricante tenha encerrado a produção de um modelo específico, tal circunstância não implica automática indisponibilidade comercial, sobretudo diante da existência de estoques, distribuidores autorizados e modelos equivalentes; que não compete à recorrente presumir incapacidade técnica da equipe municipal nem imputar, sem qualquer prova, utilização irregular de inteligência artificial ou ausência de análise humana.

Diante dos questionamentos a pregoeira procedeu às diligências, em conjunto a área técnica, vejamos:

*"(...)*

*Portanto, a solução atinge integralmente a finalidade e o escopo do objeto licitado, não havendo gargalos que inviabilizem a prestação do serviço de monitoramento, ademais, o circuito de CFTV não será objeto de monitoramento 24 horas por meio de televisores ou equipes de monitoramento, demandando alta banda.*

*"(...)*

*Esta Divisão Técnica realizou a validação criteriosa de todos os registros de homologação da ANATEL referentes aos equipamentos ofertados pela licitante vencedora.*

*"(...)*

*Portanto, a mera condição de "descontinuado" no catálogo do fabricante não constitui motivo plausível para a desclassificação da proposta declarada vencedora, uma vez que o objeto possui plena capacidade de atendimento ao interesse público e às metas do projeto. Admitir o contrário configuraria um formalismo excessivo e prejudicial à busca pela proposta mais vantajosa para a Administração.*

*"(...)*

*Dessa forma, a alegação de que haveria aproveitamento de componentes remanescentes é improcedente, uma vez que a fiscalização contratual pela DTI exigirá a comprovação da instalação de itens novos e de primeiro uso, garantindo a integridade e a performance de todo o sistema de monitoramento.*

*"(...)*

*Desta forma, a licitante declarada vencedora procedeu com a adequação formal da sua relação de equipamentos. A empresa realizou a correção necessária no documento proposta comercial, mencionando os equipamentos que já haviam sido previamente apresentados nos catálogos que compõem o processo, garantindo, assim, o pleno e estrito atendimento a todas as exigências delineadas no Termo de Referência (TR), por mais simples que sejam as especificações. Com a correção na proposta final a empresa mencionou corretamente a quantidade de equipamentos, cabos de alarme, alocação de sensores, baterias, fontes e demais equipamentos necessários à execução do objeto.*

*"(...)*

*Diante do exposto, esta Divisão de Tecnologia da Informação:*

*1.*

*Rechaça integralmente as acusações de desídia, omissão e uso irresponsável de Inteligência Artificial, reafirmando que o lapso temporal reflete apenas a emissão do laudo, e não o tempo total de avaliação contínua dos arquivos.*

*"(...)".*

Que os esclarecimentos prestados pelo setor técnico responsável foram conclusivos de que nenhum dos questionamentos da empresa "**BLOCK ALERT SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA**" tem embasamento que motivem a desclassificação da empresa "**PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**".

Neste sentido, não há que se falar na violação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório e isonomia, pois a licitante recorrida apresentou sua proposta com as exigências previstas no edital, e, na verdade,





a sua inabilitação, na forma pretendida pela recorrente, poderia conferir um formalismo exagerado, o que deve ser contornado, tendo em vista a busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

Ou seja, o acatamento da pretensão do recorrente e a consequente inabilitação da licitante "**PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**", que apresentou sua proposta em perfeito atendimento as exigências do edital, irá gerar um formalismo exacerbado, em descumprimento ao princípio da busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

Por outro lado, o princípio da vinculação ao edital NÃO É ABSOLUTO, devendo ser abolidas exigências que se apresentarem desarrazoadas ou que representem formalismo injustificado ao ponto de comprometer o interesse público e o objetivo da licitação, qual seja, buscar o maior número de participantes em prol da proposta mais vantajosa para a administração.

Neste sentido é a decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TJMG:

**"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM MANDADO DE SEGURANÇA - DECISÃO QUE INDEFERE MEDIDA LIMINAR DE SUSPENSÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA** - contratação de empresa de aluguel de trator de esteira para manutenção do aterro sanitário do município de congonhal - RECONSIDERAÇÃO, EM SEDE ADMINISTRATIVA, DE DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA Omissa quanto à marca do trator e ao PREÇO EM valor global - vícios irrelevantes - ponderação do princípio da vinculação ao edital com o princípio da razoabilidade - requisito do art. 7º, III, da lei nº. 12.016/09 - ausência - recurso não provido. 1) O princípio da vinculação ao instrumento convocatório não é absoluto, devendo ser ponderado com o princípio da razoabilidade, de modo que a Administração não deve encarar com excesso de formalismo os vícios constantes das propostas dos licitantes, quando eles não sejam capazes de inviabilizar o cumprimento das obrigações a serem pactuadas, evitando, assim, a indesejada restrição do número de concorrentes e o prejuízo à escolha da melhor proposta. 2) Ainda que a proposta seja omissa quanto à marca do trator e ao preço em valor global, se tal fato em nada prejudica o futuro cumprimento da obrigação de manutenção de aterro sanitário e, tampouco, o julgamento das propostas, mostra-se razoável a decisão administrativa que reconsidera a desclassificação da licitante. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0525.11.012843-2/001, Relator(a): Des.(a) Mauro Soares de Freitas, 5ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 22/03/2012, publicação da súmula em 03/04/2012)"

**"APELAÇÃO CÍVEL - ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - PRELIMINAR - AUSÊNCIA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR POR PERDA DO OBJETO - REJEIÇÃO - OFENSA AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - NÃO VERIFICAÇÃO - FORMALISMO EXCESSIVO - PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE - OBJETIVO ALCANÇADO - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - VERIFICAÇÃO - RECURSO DESPROVIDO.** - O andamento do processo licitatório para fase ulterior ao objeto de apreciação judicial não acarreta a falta de interesse de agir e nem a perda do objeto da ação, que poderá quando da apreciação do mérito excluir licitante ou mesmo anular todo o procedimento administrativo. - O princípio da vinculação ao instrumento convocatório não é absoluto, devendo ser relativizado quando observado formalismo excessivo, devendo ser aplicado o princípio da razoabilidade, ponderando o objetivo a ser alcançado e afastando as exigências desnecessárias e de excessivo rigor. (TJMG - Acórdão Apelação Cível 1.0000.16.057216-0/002, Relator(a): Des. Belizário de Lacerda, data de julgamento: 27/06/2017, data de publicação: 04/07/2017, 7ª Câmara Cível)".

Inclusive em feito envolvendo o próprio Município de João Monlevade o TJMG se manifestou:

**"EMENTA: REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO. EDITAL. EXIGÊNCIA HABILITAÇÃO. BALANÇO PATRIMONIAL. AUSÊNCIA DE REGISTRO POR INDISPONIBILIDADE COMPROVADA DO CARTÓRIO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. SENTENÇA CONFIRMADA.** - Conforme estabelece o artigo 3º, da Lei 8.666/1993, "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos". - Não é possível ignorar a formalidade com a qual deve ser conduzido o processo licitatório, sendo cediço que o edital deve vincular os licitantes às suas exigências, mas não pode importar na imposição de formalismos exacerbados, já que o procedimento não se constitui um fim em si mesmo, pois, ao contrário, seu objetivo é selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, mas, ao mesmo tempo, busca propiciar a todos os interessados igual oportunidade de contratar com o Poder Público. - Afigura excesso de formalismo a inabilitação da licitante, cuja proposta foi a mais vantajosa para Administração Pública, em razão da apresentação 'incompleta' do balanço patrimonial, pois a ausência do respectivo registro somente ocorreu em virtude de indisponibilidade do Cartório nos dias que antecederam o





prazo final para a apresentação da proposta. (TJMG - Remessa Necessária-Cv 1.0000.18.060305-2/004, Relator(a): Des.(a) Moacyr Lobato, 5ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 11/03/0021, publicação da súmula em 12/03/2021)".

Neste mesmo sentido é uníssona a jurisprudência do TCE-MG, vejamos:

"DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FARMÁCIA BÁSICA. INABILITAÇÃO IRREGULAR DE LICITANTE. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA ANVISA PARA COMERCIALIZAR MEDICAMENTOS CONTROLADOS. PROCEDÊNCIA. MULTA. RECOMENDAÇÃO. ARQUIVAMENTO. A decisão de inabilitação de empresa licitante deve observar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, de modo a garantir a desejável vantagem à Administração na contratação e a prevenir indevida restrição da competitividade, não devendo ocorrer excesso de formalismo na análise da documentação apresentada para comprovar o atendimento das exigências do edital. Processo: 1101789; RELATOR: CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO ADONIAS MONTEIRO; SEGUNDA CÂMARA – 16/9/2025".

"DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR CESTAS BÁSICAS DESTINADAS À PROGRAMA DE AÇÃO SOCIAL PARA DISTRIBUIÇÃO ENTRE FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA. ALEGADA PARCIALIDADE NA CONDUÇÃO DO CERTAME. NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA AUTENTICIDADE DO CONTRATO SOCIAL. LICITANTE RECORRENTE. AUSÊNCIA DE DÚVIDAS ACERCA DA LEGITIMIDADE DO DOCUMENTO POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO. PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA EM RAZÃO DE AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE MARCA. AUSÊNCIA DE DILIGÊNCIAS. FORMALISMO EXCESSIVO. LICITAÇÃO EXCLUSIVA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. PROCEDÊNCIA PARCIAL. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório não é absoluto, devendo ser ponderado com outros princípios, como o da razoabilidade, da economicidade e do interesse público, de modo que a Administração não deve encarar com excesso de formalismo os vícios constantes das propostas dos licitantes quando eles não sejam capazes de inviabilizar o cumprimento das obrigações a serem pactuadas. Processo: 1114679; RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO TELMO PASSARELI; PRIMEIRA CÂMARA – 23/4/2024."

Com efeito, não observo a alegada ofensa aos princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório, eis que a Administração não deve encarar com excesso de formalismo os vícios constantes das propostas dos licitantes, quando eles não sejam capazes de inviabilizar o cumprimento das obrigações a serem pactuadas, evitando, assim, a indesejada restrição do número de concorrentes e o prejuízo à escolha da melhor proposta. Ademais, os argumentos tecidos pela empresa recorrente não são suficientes a ensejar a alteração da decisão da Pregoeira e Equipe de Apoio, que, por sua vez, em nenhuma oportunidade encontra-se desarrazoada, sob pena de violação ao princípio da isonomia, da igualdade, do julgamento objetivo, da vinculação ao instrumento convocatório e, principalmente, da busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

Quanto a suposta exequibilidade da proposta da licitante PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA a recorrente narrou que a simples apresentação de uma declaração genérica de exequibilidade não satisfaz a exigência legal e é totalmente insuficiente para afastar a presunção de inexecutabilidade.

Pois bem.

Embora o edital prevísse a necessidade de comprovação de exequibilidade em propostas com desconto superior a 50%, o caso concreto revela que a ultrapassagem desse patamar foi mínima, de apenas 0,66 ponto percentual, o que autoriza interpretação material e não meramente aritmética da regra. Nessa perspectiva, não se mostra juridicamente adequado impor desclassificação automática ou exigir, de plano, comprovação formal de exequibilidade quando não há elementos concretos de inviabilidade da proposta.

Conforme exposto, a inexecutabilidade não pode ser avaliada de forma absoluta e rígida, devendo ser avaliada, por meio de demonstração que o proponente poderá executá-la.





Outra questão é a responsabilidade do licitante pela proposta que ofertar ao Poder Público, no caso dela envolver riscos econômicos e ainda assim o proponente quiser aventurar-se, não haverá transferência desse risco ao Poder Público, que poderá tão somente executar a garantia, rescindir o contrato e aplicar as penalidades cabíveis, conforme exposto em legislação, no edital e minuta contratual, do qual se está sujeita a empresa vencedora do certame.

E também, a violação da liberdade concorrencial, sob a máxima de que não cabe à Administração a fiscalização do lucro do empresário, mas tão somente a exigência de comprovação da capacidade de execução do contrato.

Assim, é de se afastar a alegação de inexecutibilidade, quando o licitante consegue comprovar que cumprirá com o contratado, principalmente por apresentar durante a fase de habilitação do certame os atestados de capacidade técnica que comprovam que o licitante já executou serviços semelhantes ao objeto do certame.

Diante disso, independentemente dos critérios adotados, sejam estes aritméticos ou mercadológicos, conferidos por força de lei, não é permitido à Administração que se abstenha de escolher a propostas mais vantajosa para o ente público, sob alegação não comprovada de inexecutibilidade.

Ou seja, o acatamento da pretensão do recorrente e a consequente desclassificação da proposta melhor apresentada no certame por parte da licitante, que apresentou sua proposta de preços em perfeito atendimento as exigências do edital, irá gerar um formalismo exacerbado, em descumprimento ao princípio da busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

Por outro lado, registra-se por oportuno a proximidade entre os 03 (três) primeiros lances classificados, demonstrando que o valor ofertado não surgiu como resultado isolado, mas dentro de uma faixa concorrencial plausível, eis que a proposta vencedora foi de R\$ 500.000,00, sendo seguida pelas propostas de R\$ 504.999,00 e R\$ 505.000,00, ou seja, a proposta da licitante que ficou em 3º lugar foi apenas 1% superior a proposta vencedora.

Por derradeiro, quanto a alegação e vício insanável na realização de diligência, cumpre ressaltar que a apresentação de documento em fase recursal para comprovação de condição preexistente não só prioriza a proposta mais vantajosa para a Administração como também está alinhada com o ordenamento jurídico atual, a exemplo cita-se o Acórdão nº 2.049/2023, na qual o Plenário reconheceu expressamente a possibilidade de apresentação de documento destinado à correção de erro material constante da proposta inicial, inclusive em sede recursal, sem afronta aos princípios da isonomia ou da vinculação ao edital.

Enfim, no caso dos autos, impõe-se a manutenção da decisão da Pregoeira, devendo ser determinado o prosseguimento do feito, em prestígio ao princípio da busca da proposta mais vantajosa da Administração, **CONSIDERANDO, PRINCIPALMENTE, QUE A PROPOSTA APRESENTADA EM PRIMEIRO LUGAR ENCONTRA-SE EXEQUÍVEL**, conforme justificativas apresentada pela própria empresa recorrida, a teor dos fundamentos dispostos no presente parecer jurídico.

Em conclusão, o não acolhimento do recurso é medida que se impõe no caso dos autos, preservando as decisões.



**2) DO RECURSO ADMINISTRATIVO DA EMPRESA SINAL VERDE SEGURANÇA E SERVIÇOS LTDA**

A empresa "**SINAL VERDE SEGURANÇA E SERVIÇOS LTDA**" apresentou o recurso administrativo pretendendo a reforma da decisão da Pregoeira e Equipe de Apoio quanto a classificação da licitante "**PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**".

Alega a licitante "**SINAL VERDE SEGURANÇA E SERVIÇOS LTDA**" em suas razões recursais que a empresa "**PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**" merece ser INABILITADA, pelos seguintes motivos:

- "a) Descumprimento das especificações técnicas do edital: Argumenta a recorrente que a central de alarme AMT 4010 Smart ofertada não possui 22 zonas nativas e comunicação nativa IP, conforme exigido pelo Termo de Referência; Os DVRs com resolução "5M Lite" operam com quadros reduzidos (10/15 fps), enquanto o edital exige 30 fps; e que os Conectores e acessórios são inadequados em relação ao especificado.
- b) Complementação ilegal da proposta após a sessão: Argumenta que a vencedora teria adicionado módulos de expansão e interfaces Ethernet depois da sessão pública.
- c) Exequibilidade: Argumenta que a proposta é inexecutável devido ausência de planilhas de custos e memória de cálculo que comprovem a viabilidade econômica do valor ofertado, considerando a complexidade do objeto."

Que a recorrida "**PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**" apresentou contrarrazões alegando que interpretação das regras editalícias deve observar o formalismo moderado, evitando-se desclassificações automáticas por meras impropriedades formais incapazes de comprometer a execução contratual ou a isonomia do certame; que a apresentação de proposta readequada após a fase de lances constitui procedimento expressamente previsto na legislação e amplamente admitido pela jurisprudência dos órgãos de controle; que diligências destinadas ao esclarecimento técnico da proposta são legítimas e recomendáveis; que supostas divergências de catálogos não configuram vício material capaz de ensejar desclassificação; que a inexecutabilidade exige demonstração objetiva da impossibilidade de execução do contrato, não bastando meras presunções ou conjecturas; que foi plenamente demonstrada por meio de sua estrutura operacional consolidada, equipe técnica qualificada, frota de veículos e logística estabelecida, sendo que alegações genéricas de inviabilidade, desacompanhadas de prova material, são insuficientes para desclassificação.

Diante dos questionamentos a pregoeira procedeu às diligências, em conjunto a área técnica, vejamos:

"(...)

*Avaliando o equipamento, atesta-se que a central AMT 4010 SMART possui capacidade para o total de 64 zonas e possui sim comunicação IP. Esta especificação técnica é confirmada e pode ser extraída diretamente do catálogo (datasheet) oficial no site do fabricante, acessível pelo seguinte link:*

*<https://backend.intelbras.com/sites/default/files/2024-12/Datasheet%20-%20AMT%204010%20SMART-%2016.12%201.pdf>.*

*Logo, o equipamento atende perfeitamente à demanda do projeto.*

"(...)

*No que tange à alegação de inadequação da taxa de quadros (frames por segundo - FPS) dos gravadores DVRs em resolução "5M Lite", esclarece-se que a taxa de frames por segundo não foi e não será critério para desclassificação. Este parâmetro não constitui um item de exigência obrigatória para desqualificação técnica, visto que não foram estipulados limites mínimos e máximos para tal item no Termo de Referência. Penalizar a licitante por um critério não parametrizado expressamente no edital configuraria excesso de formalismo e criação de regras não previstas, o que é vedado pela legislação vigente. A solução ofertada garante a gravação e a finalidade do monitoramento eletrônico, não incorrendo em risco de descumprimento contratual.*

"(...)

*Em relação aos apontamentos sobre os conectores BNC e P4, informa-se que os itens ofertados foram analisados e aceitos pela Administração, uma vez que atendem de forma satisfatória às exigências do escopo do projeto. A utilização de tais conectores na infraestrutura proposta não constitui risco de inexecução contratual ou degradação que inviabilize o objeto contratado.*

"(...)





Observa-se que a empresa declarada vencedora (Portal Segurança Eletrônica) procedeu à devida correção dos erros materiais apontados em sua documentação. A apresentação da proposta readequada vinculou-se à correção de uma falha humana na plataforma, atuando como um detalhamento técnico para garantir o pleno atendimento ao Termo de Referência e seus anexos. Sob a ótica do formalismo moderado, essa conduta consubstancia o saneamento de uma falha sanável.

(...)

#### 5. CONCLUSÃO TÉCNICA1.

Diante das justificativas técnicas expostas e da comprovação de que a proposta se adequa ao exigido no edital sem prejuízos operacionais à Administração, recomenda-se a total aceitação das contrarrazões apresentadas pela PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. e o consequente INDEFERIMENTO do recurso interposto pela SINAL VERDE SEGURANÇA E SERVIÇOS LTDA, mantendo-se a regularidade da classificação da empresa vencedora.

(...)"

Que os esclarecimentos prestados pelo setor técnico responsável foram conclusivos de que nenhum dos questionamentos da empresa "**SINAL VERDE SEGURANÇA E SERVIÇOS LTDA**" tem embasamento que motivem a desclassificação da empresa "**PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**".

Neste sentido, não há que se falar na violação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório e isonomia, pois a licitante recorrida apresentou sua proposta com as exigências previstas no edital, e, na verdade, a sua inabilitação, na forma pretendida pela recorrente, poderia conferir um formalismo exagerado, o que deve ser contornado, tendo em vista a busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

Ou seja, o acatamento da pretensão do recorrente e a consequente inabilitação da licitante "**PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**", que apresentou sua proposta em perfeito atendimento as exigências do edital, irá gerar um formalismo exacerbado, em descumprimento ao princípio da busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

Por outro lado, o princípio da vinculação ao edital NÃO É ABSOLUTO, devendo ser abolidas exigências que se apresentarem desarrazoadas ou que representem formalismo injustificado ao ponto de comprometer o interesse público e o objetivo da licitação, qual seja, buscar o maior número de participantes em prol da proposta mais vantajosa para a administração.

Neste sentido é a decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TJMG:

**"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM MANDADO DE SEGURANÇA - DECISÃO QUE INDEFERE MEDIDA LIMINAR DE SUSPENSÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA** - contratação de empresa de aluguel de trator de esteira para manutenção do aterro sanitário do município de congonhal - RECONSIDERAÇÃO, EM SEDE ADMINISTRATIVA, DE DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA Omissa quanto à marca do trator e ao PREÇO EM valor global - vícios irrelevantes - ponderação do princípio da vinculação ao edital com o princípio da razoabilidade - requisito do art. 7º, III, da lei nº. 12.016/09 - ausência - recurso não provido. 1) O princípio da vinculação ao instrumento convocatório não é absoluto, devendo ser ponderado com o princípio da razoabilidade, de modo que a Administração não deve encerrar com excesso de formalismo os vícios constantes das propostas dos licitantes, quando eles não sejam capazes de inviabilizar o cumprimento das obrigações a serem pactuadas, evitando, assim, a indesejada restrição do número de concorrentes e o prejuízo à escolha da melhor proposta. 2) Ainda que a proposta seja omissa quanto à marca do trator e ao preço em valor global, se tal fato em nada prejudica o futuro cumprimento da obrigação de manutenção de aterro sanitário e, tampouco, o julgamento das propostas, mostra-se razoável a decisão administrativa que reconsidera a desclassificação da licitante. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0525.11.012843-2/001, Relator(a): Des.(a) Mauro Soares de Freitas, 5ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 22/03/2012, publicação da súmula em 03/04/2012)"

**"APELAÇÃO CÍVEL - ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - PRELIMINAR - AUSÊNCIA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR POR PERDA DO OBJETO - REJEIÇÃO - OFENSA AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - NÃO VERIFICAÇÃO - FORMALISMO EXCESSIVO - PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE - OBJETIVO ALCANÇADO - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - VERIFICAÇÃO - RECURSO DESPROVIDO.** - O andamento do processo licitatório para fase ulterior ao objeto de apreciação judicial não acarreta a falta de interesse de agir e nem a perda do objeto da ação, que poderá quando da apreciação do mérito excluir licitante ou mesmo anular todo o procedimento administrativo. - O princípio da vinculação ao instrumento convocatório não é absoluto, devendo ser relativizado quando observado formalismo excessivo, devendo ser aplicado o princípio da





razoabilidade, ponderando o objetivo a ser alcançado e afastando as exigências desnecessárias e de excessivo rigor. (TJMG - Acórdão Apelação Cível 1.0000.16.057216-0/002, Relator(a): Des. Belizário de Lacerda, data de julgamento: 27/06/2017, data de publicação: 04/07/2017, 7ª Câmara Cível)".

Inclusive em feito envolvendo o próprio Município de João Monlevade o TJMG se manifestou:

EMENTA: REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO. EDITAL. EXIGÊNCIA HABILITAÇÃO. BALANÇO PATRIMONIAL. AUSÊNCIA DE REGISTRO POR INDISPONIBILIDADE COMPROVADA DO CARTÓRIO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. SENTENÇA CONFIRMADA. - Conforme estabelece o artigo 3º, da Lei 8.666/1993, "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos". - Não é possível ignorar a formalidade com a qual deve ser conduzido o processo licitatório, sendo cediço que o edital deve vincular os licitantes às suas exigências, mas não pode importar na imposição de formalismos exacerbados, já que o procedimento não se constitui um fim em si mesmo, pois, ao contrário, seu objetivo é selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, mas, ao mesmo tempo, busca propiciar a todos os interessados igual oportunidade de contratar com o Poder Público. - Afigura excesso de formalismo a inabilitação da licitante, cuja proposta foi a mais vantajosa para Administração Pública, em razão da apresentação 'incompleta' do balanço patrimonial, pois a ausência do respectivo registro somente ocorreu em virtude de indisponibilidade do Cartório nos dias que antecederam o prazo final para a apresentação da proposta. (TJMG - Remessa Necessária-Cv 1.0000.18.060305-2/004, Relator(a): Des.(a) Moacyr Lobato, 5ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 11/03/0021, publicação da súmula em 12/03/2021)".

Neste mesmo sentido é uníssona a jurisprudência do TCE-MG, vejamos:

"DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FARMÁCIA BÁSICA. INABILITAÇÃO IRREGULAR DE LICITANTE. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA ANVISA PARA COMERCIALIZAR MEDICAMENTOS CONTROLADOS. PROCEDÊNCIA. MULTA. RECOMENDAÇÃO. ARQUIVAMENTO. A decisão de inabilitação de empresa licitante deve observar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, de modo a garantir a desejável vantajosidade à Administração na contratação e a prevenir indevida restrição da competitividade, não devendo ocorrer excesso de formalismo na análise da documentação apresentada para comprovar o atendimento das exigências do edital. Processo: 1101789; RELATOR: CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO ADONIAS MONTEIRO; SEGUNDA CÂMARA – 16/9/2025".

"DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR CESTAS BÁSICAS DESTINADAS À PROGRAMA DE AÇÃO SOCIAL PARA DISTRIBUIÇÃO ENTRE FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA. ALEGADA PARCIALIDADE NA CONDUÇÃO DO CERTAME. NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA AUTENTICIDADE DO CONTRATO SOCIAL. LICITANTE RECORRENTE. AUSÊNCIA DE DÚVIDAS ACERCA DA LEGITIMIDADE DO DOCUMENTO POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO. PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA EM RAZÃO DE AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE MARCA. AUSÊNCIA DE DILIGÊNCIAS. FORMALISMO EXCESSIVO. LICITAÇÃO EXCLUSIVA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. PROCEDÊNCIA PARCIAL. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório não é absoluto, devendo ser ponderado com outros princípios, como o da razoabilidade, da economicidade e do interesse público, de modo que a Administração não deve encarar com excesso de formalismo os vícios constantes das propostas dos licitantes quando eles não sejam capazes de inviabilizar o cumprimento das obrigações a serem pactuadas. Processo: 1114679; RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO TELMO PASSARELI; PRIMEIRA CÂMARA – 23/4/2024."

Com efeito, não observo a alegada ofensa aos princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório, eis que a Administração não deve encarar com excesso de formalismo os vícios constantes das propostas dos licitantes, quando eles não sejam capazes de inviabilizar o cumprimento das obrigações a serem pactuadas, evitando, assim, a indesejada restrição do número de concorrentes e o prejuízo à escolha da melhor proposta. Ademais, os argumentos tecidos pela empresa recorrente não são suficientes a ensejar a alteração da decisão da Pregoeira e Equipe de Apoio, que, por sua vez, em nenhuma oportunidade encontra-se desarrazoada, sob pena de violação ao princípio da isonomia, da igualdade, do julgamento objetivo, da vinculação ao instrumento convocatório e, principalmente, da busca da proposta mais vantajosa para a Administração.





Quanto a suposta exequibilidade da proposta da licitante "**PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**" a recorrente narrou que a simples apresentação de uma declaração genérica de exequibilidade não satisfaz a exigência legal e é totalmente insuficiente para afastar a presunção de inexecuibilidade.

Pois bem.

Embora o edital previsse a necessidade de comprovação de exequibilidade em propostas com desconto superior a 50%, o caso concreto revela que a ultrapassagem desse patamar foi mínima, de apenas 0,66 ponto percentual, o que autoriza interpretação material e não meramente aritmética da regra. Nessa perspectiva, não se mostra juridicamente adequado impor desclassificação automática ou exigir, de plano, comprovação formal de exequibilidade quando não há elementos concretos de inviabilidade da proposta.

Conforme exposto, a inexecuibilidade não pode ser avaliada de forma absoluta e rígida, devendo ser avaliada, por meio de demonstração que o proponente poderá executá-la.

Outra questão é a responsabilidade do licitante pela proposta que ofertar ao Poder Público, no caso dela envolver riscos econômicos e ainda assim o proponente quiser aventurar-se, não haverá transferência desse risco ao Poder Público, que poderá tão somente executar a garantia, rescindir o contrato e aplicar as penalidades cabíveis, conforme exposto em legislação, no edital e minuta contratual, do qual se está sujeita a empresa vencedora do certame.

E também, a violação da liberdade concorrencial, sob a máxima de que não cabe à Administração a fiscalização do lucro do empresário, mas tão somente a exigência de comprovação da capacidade de execução do contrato.

Assim, é de se afastar a alegação de inexecuibilidade, quando o licitante consegue comprovar que cumprirá com o contratado, principalmente por apresentar durante a fase de habilitação do certame os atestados de capacidade técnica que comprovam que o licitante já executou serviços semelhantes ao objeto do certame.

Diante disso, independentemente dos critérios adotados, sejam estes aritméticos ou mercadológicos, conferidos por força de lei, não é permitido à Administração que se abstenha de escolher a propostas mais vantajosa para o ente público, sob alegação não comprovada de inexecuibilidade.

Ou seja, o acatamento da pretensão do recorrente e a consequente desclassificação da proposta melhor apresentada no certame por parte da licitante, que apresentou sua proposta de preços em perfeito atendimento as exigências do edital, irá gerar um formalismo exacerbado, em descumprimento ao princípio da busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

Por outro lado, registra-se por oportuno a proximidade entre os 03 (três) primeiros lances classificados, demonstrando que o valor ofertado não surgiu como resultado isolado, mas dentro de uma faixa concorrencial plausível, eis que a proposta vencedora foi de R\$ 500.000,00, sendo seguida pelas propostas de R\$ 504.999,00 e R\$ 505.000,00, ou seja, a proposta da licitante que ficou em 3º lugar foi apenas 1% superior a proposta vencedora.





Por derradeiro, quanto a alegação e vício insanável na realização de diligência, cumpre ressaltar que a apresentação de documento em fase recursal para comprovação de condição preexistente não só prioriza a proposta mais vantajosa para a Administração como também está alinhada com o ordenamento jurídico atual, a exemplo cita-se o Acórdão nº 2.049/2023, na qual o Plenário reconheceu expressamente a possibilidade de apresentação de documento destinado à correção de erro material constante da proposta inicial, inclusive em sede recursal, sem afronta aos princípios da isonomia ou da vinculação ao edital.

Enfim, no caso dos autos, impõe-se a manutenção da decisão da Pregoeira, devendo ser determinado o prosseguimento do feito, em prestígio ao princípio da busca da proposta mais vantajosa da Administração, CONSIDERANDO, PRINCIPALMENTE, QUE A PROPOSTA APRESENTADA EM PRIMEIRO LUGAR ENCONTRA-SE EXEQUÍVEL, conforme justificativas apresentada pela própria empresa recorrida, a teor dos fundamentos dispostos no presente parecer jurídico.

Em conclusão, o não acolhimento do recurso é medida que se impõe no caso dos autos, preservando as decisões.

### 3) DO RECURSO ADMINISTRATIVO DA EMPRESA ARAÚJO EQUIPAMENTOS LTDA – ME

A empresa “**ARAÚJO EQUIPAMENTOS LTDA - ME**” apresentou o recurso administrativo pretendendo a reforma da decisão da Pregoeira e Equipe de Apoio quanto a classificação da licitante “**PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**”.

Alega a licitante “**ARAÚJO EQUIPAMENTOS LTDA - ME**” em seu recurso administrativo que a empresa “**PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**” merece ser INABILITADA, pelos seguintes motivos:

*“1) Ausência do espelho/inteiro teor das ARTs correspondentes: A Recorrente sustenta que a empresa declarada vencedora descumpriu formalidade essencial prevista no item 8.2 do Edital e no item 10.2 do Termo de Referência. Alega que, embora tenham sido apresentados os atestados de capacidade técnica e as respectivas Certidões de Acervo Técnico (CATs), a Recorrida omitiu o “espelho” ou o inteiro teor das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) que lhes deram origem, o que, na visão da Recorrente, ensejaria a inabilitação imediata por descumprimento de regra editalícia taxativa.*

*2) Inexequibilidade da proposta e quebra da isonomia: Argumenta a Recorrente que o valor global ofertado pela empresa PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA., no montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), é manifestamente inexequível. Ressalta que tal valor representa apenas 49,34% do valor orçado pela Administração Municipal, estimado em R\$ 1.013.294,52 (um milhão, treze mil, duzentos e noventa e quatro reais e cinquenta e dois centavos). Aduz, ainda, que não houve a apresentação de planilha analítica de composição de custos detalhada, tampouco a demonstração cabal da viabilidade econômica da proposta, o que feriria o princípio da isonomia e colocaria em risco a execução contratual.”*

Que a recorrida “**PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**” apresentou contrarrazões alegando que interpretação das regras editalícias deve observar o formalismo moderado, evitando-se desclassificações automáticas por meras impropriedades formais incapazes de comprometer a execução contratual ou a isonomia do certame; que a capacidade técnico-profissional da recorrida foi efetivamente demonstrada mediante apresentação de atestados técnicos e respectivas Certidões de Acervo Técnico – CATs emitidas pelo CREA competente, documentos estes dotados de presunção de legitimidade e aptos à comprovação da experiência profissional exigida; que a inexequibilidade exige demonstração objetiva da impossibilidade de execução do contrato, não bastando meras presunções ou conjecturas; que foi plenamente demonstrada por meio de sua





estrutura operacional consolidada, equipe técnica qualificada, frota de veículos e logística estabelecida, sendo que alegações genéricas de inviabilidade, desacompanhadas de prova material, são insuficientes para desclassificação.

Pois bem.

Conforme bem pontuado pela Pregoeira a Recorrida apresentou Certidões de Acervo Técnico (CATs) emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). Nos termos da Resolução CONFEA nº 1.137/2023, a CAT constitui o instrumento oficial destinado a certificar, para todos os efeitos legais, as atividades técnicas registradas nos assentamentos do Conselho, compondo o acervo técnico-profissional do responsável técnico. Referido acervo é formado pelo conjunto de atividades desenvolvidas ao longo dos serviços do profissional, desde que compatíveis com suas atribuições legais e devidamente registradas por meio das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs).

Nesse contexto, exigir o espelho ou inteiro teor da ART quando já apresentada a CAT que a incorpora e a referenda implica exigir a prova da prova, incorrendo em formalismo exacerbado, incompatível com os princípios que regem a Nova Lei de Licitações.

Ademais, as CATs acostadas aos autos contêm a indicação numérica clara e precisa das ARTs correspondentes, permitindo à Administração, por meio de consulta simples ao portal do CREA, verificar a autenticidade e o inteiro teor de qualquer registro, garantindo a rastreabilidade e a segurança jurídica necessárias ao certame.

A finalidade precípua do item 8.2 do Edital é garantir que a licitante possui experiência comprovada na execução do objeto. Ora, se a CAT atesta essa experiência e faz referência direta e expressa às ARTs correspondentes, a finalidade do ato foi integralmente atingida. Exigir documento além do necessário, quando já suprida a exigência substancial, subverte o princípio do formalismo moderado consagrado nos acórdãos e nas jurisprudências do Tribunal de Contas da União.

Neste sentido é uníssona a jurisprudência do TCE-MG, vejamos:

*"DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FARMÁCIA BÁSICA. INABILITAÇÃO IRREGULAR DE LICITANTE. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA ANVISA PARA COMERCIALIZAR MEDICAMENTOS CONTROLADOS. PROCEDÊNCIA. MULTA. RECOMENDAÇÃO. ARQUIVAMENTO. A decisão de inabilitação de empresa licitante deve observar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, de modo a garantir a desejável vantajosidade à Administração na contratação e a prevenir indevida restrição da competitividade, não devendo ocorrer excesso de formalismo na análise da documentação apresentada para comprovar o atendimento das exigências do edital. Processo: 1101789; RELATOR: CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO ADONIAS MONTEIRO; SEGUNDA CÂMARA – 16/9/2025".*

*"DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR CESTAS BÁSICAS DESTINADAS À PROGRAMA DE AÇÃO SOCIAL PARA DISTRIBUIÇÃO ENTRE FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA. ALEGADA PARCIALIDADE NA CONDUÇÃO DO CERTAME. NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA AUTENTICIDADE DO CONTRATO SOCIAL. LICITANTE RECORRENTE. AUSÊNCIA DE DÚVIDAS ACERCA DA LEGITIMIDADE DO DOCUMENTO POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO. PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA EM RAZÃO DE AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE MARCA. AUSÊNCIA DE DILIGÊNCIAS. FORMALISMO EXCESSIVO. LICITAÇÃO EXCLUSIVA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. PROCEDÊNCIA PARCIAL. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório não é absoluto, devendo ser ponderado com outros princípios, como o da razoabilidade, da economicidade e do interesse público, de modo que a Administração não deve encerrar com excesso de formalismo os vícios constantes das propostas dos licitantes quando eles não sejam capazes de inviabilizar o cumprimento das*





obrigações a serem pactuadas. Processo: 1114679; RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO TELMO PASSARELI;  
PRIMEIRA CÂMARA – 23/4/2024”.

Quanto a suposta exequibilidade da proposta da licitante PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA a recorrente narrou que a ausência de planilha analítica somado a simples apresentação de uma declaração genérica de exequibilidade não satisfaz a exigência legal e é totalmente insuficiente para afastar a presunção de inexecuibilidade.

Embora o edital previsse a necessidade de comprovação de exequibilidade em propostas com desconto superior a 50%, o caso concreto revela que a ultrapassagem desse patamar foi mínima, de apenas 0,66 ponto percentual, o que autoriza interpretação material e não meramente aritmética da regra. Nessa perspectiva, não se mostra juridicamente adequado impor desclassificação automática ou exigir, de plano, comprovação formal de exequibilidade quando não há elementos concretos de inviabilidade da proposta.

Conforme exposto, a inexecuibilidade não pode ser avaliada de forma absoluta e rígida, devendo ser avaliada, por meio de demonstração que o proponente poderá executá-la.

Outra questão é a responsabilidade do licitante pela proposta que ofertar ao Poder Público, no caso dela envolver riscos econômicos e ainda assim o proponente quiser aventurar-se, não haverá transferência desse risco ao Poder Público, que poderá tão somente executar a garantia, rescindir o contrato e aplicar as penalidades cabíveis, conforme exposto em legislação, no edital e minuta contratual, do qual se está sujeita a empresa vencedora do certame.

E também, a violação da liberdade concorrencial, sob a máxima de que não cabe à Administração a fiscalização do lucro do empresário, mas tão somente a exigência de comprovação da capacidade de execução do contrato.

Assim, é de se afastar a alegação de inexecuibilidade, quando o licitante consegue comprovar que cumprirá com o contratado, principalmente por apresentar durante a fase de habilitação do certame os atestados de capacidade técnica que comprovam que o licitante já executou serviços semelhantes ao objeto do certame.

Diante disso, independentemente dos critérios adotados, sejam estes aritméticos ou mercadológicos, conferidos por força de lei, não é permitido à Administração que se abstenha de escolher a propostas mais vantajosa para o ente público, sob alegação não comprovada de inexecuibilidade.

Ou seja, o acatamento da pretensão do recorrente e a consequente desclassificação da proposta melhor apresentada no certame por parte da licitante, que apresentou sua proposta de preços em perfeito atendimento as exigências do edital, irá gerar um formalismo exacerbado, em descumprimento ao princípio da busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

Por outro lado, registra-se por oportuno a proximidade entre os 03 (três) primeiros lances classificados, demonstrando que o valor ofertado não surgiu como resultado isolado, mas dentro de uma faixa concorrencial plausível, eis que a proposta vencedora foi de R\$ 500.000,00, sendo seguida pelas propostas de R\$ 504.999,00 e R\$ 505.000,00, ou seja, a proposta da licitante que ficou em 3º lugar foi apenas 1% superior a proposta vencedora.





Por derradeiro, quanto a alegação e vício insanável na realização de diligência, cumpre ressaltar que a apresentação de documento em fase recursal para comprovação de condição preexistente não só prioriza a proposta mais vantajosa para a Administração como também está alinhada com o ordenamento jurídico atual, a exemplo cita-se o Acórdão nº 2.049/2023, na qual o Plenário reconheceu expressamente a possibilidade de apresentação de documento destinado à correção de erro material constante da proposta inicial, inclusive em sede recursal, sem afronta aos princípios da isonomia ou da vinculação ao edital.

Enfim, no caso dos autos, impõe-se a manutenção da decisão da Pregoeira, devendo ser determinado o prosseguimento do feito, em prestígio ao princípio da busca da proposta mais vantajosa da Administração, CONSIDERANDO, PRINCIPALMENTE, QUE A PROPOSTA APRESENTADA EM PRIMEIRO LUGAR ENCONTRA-SE EXEQUÍVEL, conforme justificativas apresentada pela própria empresa recorrida, a teor dos fundamentos dispostos no presente parecer jurídico.

---

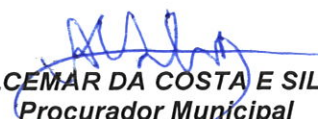
### CONCLUSÃO

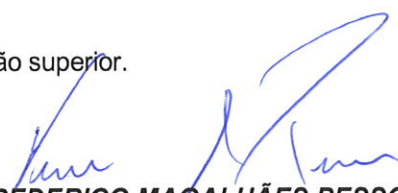
---

Em conclusão, OPINAMOS pelo conhecimento, eis que tempestivos, e pela **IMPROCEDÊNCIA** dos recursos administrativos apresentados pelas licitantes "**BLOCK ALERT SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA**", "**SINAL VERDE SEGURANÇA E SERVIÇOS LTDA**" e "**ARAÚJO EQUIPAMENTOS LTDA - ME**", mantendo-se inalterada a decisão adotada pela Pregoeira e Equipe de Apoio junto a Sessão Pública promovida nos autos, conforme fundamentos dispostos acima, bem como em devido respeito aos ditames da Lei de Licitações e demais princípios norteadores da conduta do administrador público.

Registra-se que o presente parecer limitou-se a analisar a regularidade do procedimento sob a ótica jurídica prescrita pela Lei de Licitações, não se imiscuindo o parecerista no juízo de conveniência e oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica, econômica ou administrativa, por se tratarem de atos ilegítimos e estranhos à atuação desta Procuradoria, tomando por base exclusivamente os elementos jurídicos que integram o procedimento.

Salvo melhor juízo, é o parecer que submetemos a elevada apreciação superior.

  
**ALCEMAR DA COSTA E SILVA**  
Procurador Municipal  
OAB/MG 99.556

  
**FREDERICO MAGALHÃES PESSOA**  
Diretor de Procuradoria  
OAB/MG 116.476